

PMDB e PFL sentam à mesa de negociação

BRASÍLIA — O grupo interpartidário, composto pela chamada ala moderna do PFL e progressistas do PMDB, que resolveu apresentar propostas de emendas conjuntas à Constituinte, reuniu-se ontem pela manhã na biblioteca da Câmara, passando em revista mais dois temas polêmicos: sistema tributário e anistia. O deputado José Serra (PMDB-SP) apresentou um relatório sobre o primeiro assunto e o senador José Agripino (PFL-RN) abordou a questão da anistia.

Na próxima quarta-feira, o grupo volta a se reunir, devendo concluir a fase preliminar de levantamento e estudo dos principais pontos de atrito na elaboração da Constituição. Na semana seguinte, no dia 5 de agosto, quando começa a fase de redação das emendas, haverá uma reunião para discutir, então, as propostas de emendas, que serão assinadas conjuntamente por todos os deputados e senadores que participam da iniciativa.

A estratégia adotada pelo grupo foi a de definir inicialmente os temas onde dificilmente seria possível fechar acordos — como sistema de governo, duração de mandato e voto distrital —, eliminando-os do debate. Em seguida, entrou-se numa etapa de estudos e debates das questões polêmicas onde havia convergências, que ainda deve durar duas semanas.

Apoio certo — Depois, segundo um dos parlamentares que integra o movimento, as propostas que obtiverem o consenso do grupo serão trabalhadas junto ao maior número de constituintes. O objetivo é chegar à Sistematização com mais de 47 assinaturas dos integrantes da comissão, ou seja, a maioria. Esse mesmo parlamentar disse que, pelo menos, 35 assinaturas dentro da Comissão de Sistematização apoiando as emendas do grupo já estão praticamente certas.

Se a estratégia emplacar, disse esse parlamentar, em meados de setembro, quando a Comissão de Sistematização apresentar seu substitutivo ao atual anteprojeto, a resolução da maioria dos pontos polêmicos da Constituição — como reforma agrária, definição de empresa nacional, concessão de rádios e TVs, anistia, educação, questão urbana — estará praticamente assegurada. Assim, as posições incorporadas no substitutivo só poderão ser derrubadas no plenário por 280 votos, o que será muito difícil.

Pelo voto — Quanto às questões onde a negociação não tiver permitido um entendimento, a solução será a disputa no voto. Mas, segundo o pensamento dominante nessa articulação interpartidária, que já conta com a simpatia de vários parlamentares fora do chamado grupo moderno do PFL e dos setores progressistas do PMDB, no restante da Constituição o arcabouço do acordo estará pronto.

A decisão do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, de constituir um grupo dentro do seu partido, reunindo entre outros os líderes na Constituinte, Mário Covas; no Senado, Fernando Henrique Cardoso; e na Câmara, Luís Henrique, além do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral e o jurista Miguel Reale Jr., foi bem recebida pelos modernos do PFL e progressistas do PMDB. Eles não temem a concorrência.



Macedo se diz um autêntico

Emenda das diretas vai às ruas pela adesão de 5 milhões

BRASÍLIA — Começa a ser distribuído hoje em todo o país o projeto de emenda popular para a Constituição, fixando as próximas eleições diretas para presidente da República no dia 15 de novembro de 1988. A iniciativa é do deputado Osvaldo Macedo (PMDB-PR) mas foi encampada pelo líder do partido na Constituinte, Mário Covas, que logo após o fim da convenção do PMDB, no domingo, anunciou que o objetivo é recolher cinco milhões de assinaturas.

No gabinete do deputado paranaense e na liderança do PMDB na Constituinte, houve ontem intenso trabalho de contatos com organizações sindicais e comunitárias de caráter nacional para garantir o patrocínio de três delas para o projeto de emenda, como manda o regimento interno da Constituinte. No final da tarde, ficou acertado que a emenda será apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas, a Federação Nacional das Associações dos Engenheiros Agrônomos e o Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Corrida — “Estamos numa corrida contra o tempo”, disse Macedo, referindo-se ao prazo apertado para o recolhimento das assinaturas. No dia 13 de agosto — daqui a 22 dias, portanto —, o projeto de emenda deverá dar entrada na secretaria da Constituinte.

Macedo encontrou, pela manhã, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, no aeroporto de São Paulo, onde foi participar de um programa de TV. Joaquinão deu todo apoio à iniciativa, mas explicou que não podia garantir o patrocínio da CGT para a emenda porque ia se internar ontem para ser submetido a uma cirurgia. O presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, também foi contatado por telefone.

O texto do projeto de emenda, que entrou ontem à noite na gráfica do Senado, é curto: “Substitua-se a redação do artigo 468 do projeto de Constituição pelo seguinte: A eleição do próximo presidente da República será realizada no dia 15 de novembro de 1988, com a posse do eleito no dia 15 de março de 1989, quando se encerra o mandato do atual titular do cargo”.

Campanha nas ruas — A campanha será detonada com o apoio de várias entidades e de parlamentares do PMDB. Segundo Osvaldo Macedo, o prazo curto não permitirá uma organização muito rígida. “Vamos contar com a iniciativa dos companheiros, dos deputados e das entidades”, disse entusiasmado.

Macedo, que se define como “um pemedebista histórico e efetivo”, exerce seu segundo mandato na Câmara dos Deputados. Advogado, começou sua carreira política em 1974, elegendando-se deputado estadual pelo PMDB, do qual foi líder na assembleia. Sua base eleitoral é Londrina, um dos mais prósperos centros agrícolas do país.

Ele teve a ideia de lançar a campanha pela emenda popular das diretas na última sexta-feira, em meio à tensão que precedeu à convenção do PMDB. Covas e seus vice-líderes se entusiasmaram logo com a ideia, apesar do pouco tempo para o recolhimento das assinaturas.

Grupo pede saída de 4 ministros

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — Demissão de quatro ministros — Reforma Agrária, Previdência Social, Saúde e Indústria e Comércio —, criação de um colegiado de vice-líderes do governo na Câmara e maior participação nos cargos federais de segundo e terceiro escalões são algumas das reivindicações feitas pelo Centro Democrático, que congrega os parlamentares conservadores do PMDB, ao presidente José Sarney, em jantar, antontem, no Palácio da Alvorada. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, também estava presente.

Segundo integrantes do grupo, eles saíram do Alvorada com uma reivindicação atendida por Sarney. O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, vai ordenar aos ministros da Previdência e Indústria e Comércio, Raphael de Almeida Magalhães e José Hugo Castello Branco, respectivamente, que passem a atender os pedidos dos pemedebistas do Centro Democrático.

Dois encontros — Foram seis itens de reivindicações apresentadas a Sarney: criação do colegiado de vice-líderes, demissão de ocupantes de cargos de confiança que votaram contra o voto em aberto na convenção, quatro ministérios, controle pela bancada das nomeações para a administração federal, participação do grupo no bloco suprapartidário que aprovará a futura Constituição e controle da distribuição das verbas federais para os municípios.

Participaram do jantar os deputados Carlos Sant'Anna, Borges da Silveira (PR), Roberto Cardoso Alves (SP), Jorge Leite (RJ), Jorge Vianna (BA), Arnaldo Moraes (PA) e Oswaldo Sobrinho

(MS). O deputado Prisco Viana, que também se encontrava no Alvorada, incorporou-se ao grupo, reunido em torno de um cardápio que constou de peixe à milanesa com alcarras, filé com milho e pudim de leite na sobremesa.

Na verdade, foram dois os encontros de Sarney com o Centro Democrático. Pela manhã, os integrantes do grupo, mais o deputado Expedito Machado (CE), haviam tomado café com o presidente. À noite, voltaram ao Alvorada para o jantar.

De manhã, alguns pemedebistas cobraram de Sarney garantias e recompensas que teriam por continuar apoiando o governo e enfrentar a pressão da esquerda dentro do partido. A reunião foi suspensa e os parlamentares passaram a tarde reunidos para elaborar a lista de reivindicações que apresentariam à noite.

Lista — No jantar, eles reclamaram do tratamento que recebem do governo. Disseram que enquanto a maioria do Centro Democrático não possui cargos de importância na administração federal, altos funcionários indicados por seus adversários no PMDB votaram contra o governo na convenção de domingo passado.

Os pemedebistas conservadores apresentaram uma lista de “traidores” a Sarney. Dela constam o presidente do Inamps, Hélio Cordeiro; o vice-presidente do BNDES, André Franco Montoro Filho; e o presidente da CFP (Companhia de Financiamento da Produção), Inácio Mamanna, indicado pelo senador José Richa (PR). Os três votaram pelo voto secreto na convenção, contrariando determinação do líder Carlos Sant'Anna. Reclamaram também que o deputado Heráclito Fortes (PI), outro voto contra na convenção, tem

um irmão, Jaime Fortes, que é diretor de operações da Caixa Econômica Federal.

O ministro Raphael de Almeida Magalhães foi o mais criticado de todos, principalmente pelo deputado Cardoso Alves. Raphael também votou pelo voto secreto e foi acusado de favorecer o deputado Paulo Ramos (RJ), da ala esquerda do PMDB, com nomeações para a Previdência Social. Contra o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, a acusação foi ter apoiado o voto secreto e depois ter erguido os braços para as galerias, que pouco antes haviam vaiado e insultado o líder do governo.

José Hugo Castello Branco, ministro da Indústria e Comércio, entrou na lista negra do Centro Democrático porque se recusou a atender a um telefonema de Sant'Anna. E Roberto Santos, da Saúde, por ter sido o primeiro dos ministros a apoiar o voto secreto na convenção.

Nomeações — O controle das nomeações pela bancada foi justificado ontem por parlamentares do grupo recebido por Sarney como uma forma de garantir a fidelidade ao governo. Já o controle da distribuição de verbas federais aos municípios é tido como arma para isolar os pemedebistas de esquerda, que perderiam suas bases eleitorais e o apoio dos prefeitos que os elegeram no ano passado.

Alguns conservadores mais exaltados disseram a Sarney que ou ele aceita todas as reivindicações ou não mais defenderão sozinho o governo. No grupo começa a crescer também a ideia da recondução do deputado Carlos Sant'Anna para o Ministério da Saúde. Em troca, o Centro Democrático aceitaria a orientação do deputado Luiz Henrique, que acumularia a liderança do governo na Câmara com a do PMDB.

Futuro depende de Bresser

Ulysses dá receita de como o PMDB pode obter sucesso

Jorge Bastos Moreno

BRASÍLIA — O futuro do PMDB está diretamente ligado ao êxito do plano Bresser e a sua competência em escrever uma Constituição que reflita os anseios e necessidades do povo: “Se conseguirmos passar por essas duas etapas, aí ninguém nos segura”, afirmou o presidente do partido, Ulysses Guimarães. Em conversa com o deputado Robson Marinho (PMDB-SP), ele reconheceu que para a primeira etapa, é necessário que o partido dê sustentação ao ministro da Fazenda e, para a segunda, é vital a ação unificada das lideranças do partido na Câmara, Senado e Constituinte.

Ulysses considera superados os atritos internos com o governo, ocorridos durante a convenção e disse que da parte do presidente Sarney o episódio já foi considerado encerrado, pois tudo não passou de equívocos e “muita fofoca”. Na sua segunda conversa com Sarney, por telefone, depois da convenção, Ulysses ouviu mais o amigo do que o presidente. “Acho que você deve dar uma parada para descansar, porque não foi mole o seu trabalho”, recomendou-lhe Sarney, segundo Ulysses, que não está disposto a seguir o conselho do amigo porque está muito preocupado com os desdobramentos da Convenção.

Aliado — Ulysses não acredita na chamada debandada geral dos progressistas em busca de nova legenda. Nesse trabalho de convencer os companheiros a permanecerem juntos dentro do PMDB, apesar das divergências, o deputado conta com um estranho aliado — o presidente e líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto Ulysses dizia em entrevista que “o PMDB é uma legenda popular e é o único partido que tem história e, por isso, ninguém vai querer deixá-lo”, Lula, em conversa com o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), integrante do grupo progressista, advertia:

— Fale com seu pessoal para acabar com essa besteira de querer sair do PMDB. Eu já falei com o companheiro Afonso (senador Afonso Camargo) sobre isso. Criar novo partido dá muito trabalho. O PMDB é um partido forte e o que vocês devem fazer é atrair o centro e até a ala conservadora para as teses populares. Isso é mais fácil do que se aventurar por aí com novos partidos.

Mágoa — Ainda no balanço dos resultados da convenção, Ulysses Guimarães disse a um de seus interlocutores que, assim como

Sarney já esqueceu as agressões recebidas, ele faz o mesmo com o líder do governo, Carlos Sant'Anna: “A política não vive de ressentimentos guardados na geladeira.” Tudo isso porque, segundo um dirigente do partido, Sant'Anna, ao ser pressionado pelos governadores para manter seu compromisso com Ulysses, a ele se referiu com palavras consideradas ofensivas, imediatamente levadas ao seu conhecimento por um governador.

A reação de Sant'Anna teria sido um dos fatores que levaram os governadores e ministros do partido a se solidarizarem com Ulysses. O próprio líder da Câmara, Luiz Henrique, chegou a dizer que Sant'Anna não tinha condições morais de assacar contra Ulysses, não só por sua respeitabilidade, como também porque não foi dele, Ulysses, a iniciativa de romper o acordo. Luiz Henrique lembrou que o acordo pelo adiamento foi selado no domingo anterior à convenção, numa conversa de três horas no Palácio do Alvorada entre Sarney e Ulysses, da qual participaram Sant'Anna e ele. “Foi repetido várias vezes para evitar equívocos posteriores, que o acordo era aquele”, disse Luiz Henrique. Afirmou também que, quando Sant'Anna voltou de um encontro com Sarney, no sábado, dizendo que iria defender uma definição da convenção sobre o mandato, ele tomou a iniciativa de tentar confirmar essas declarações e o líder do governo respondeu-lhe que estava apenas fazendo um jogo de cena, mas que o acordo estava mantido.

Esperteza — Nesse mesmo sábado, do restaurante Piantella, Ulysses conversou por telefone com Sarney e manifestou sua preocupação com as declarações do seu líder. O presidente confirmou a Ulysses a manutenção do acordo mas não comentou nada sobre as investidas de Sant'Anna. No domingo, finalmente, o líder do governo avisou que não estava brincando e disse que não só ia defender a decisão, mas que também mudava de ideia e ia propor o voto a descoberto, que era a tese inicial de Covas.

“Foi aí que o Covas mostrou ser mais esperto que Sant'Anna: mudou rapidamente de tática, aderindo ao voto secreto defendido por Ulysses e pelos governadores, deixando o líder do governo falando sozinho.”

Agora os interlocutores comuns de Ulysses e Covas tentam reaproximá-los, mas estão encontrando dificuldades que, mesmo sendo pequenas, retardam esse trabalho. O exemplo mais recente foi a reunião promovida por Ulysses, terça-feira, em sua casa, para discutir questões da Constituinte com o relator Bernardo Cabral. Chamou os líderes, mas se esqueceu de convidar Covas. O líder ficou irritado, chegando a desabafar: “Vai começar tudo de novo, o objetivo de Ulysses é mesmo me isolar”.

Covas se esforça para evitar que descontente saia

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, está sendo o principal ponto de resistência à saída de dissidentes do partido e tem insistido, com todos os parlamentares que o vêm procurando, para manter a luta contra os grupos conservadores pemedebistas. Esse argumento foi utilizado esta semana para evitar a saída do senador e ex-ministro Afonso Camargo (PR), disposto a iniciar a criação de outra legenda.

Covas tentou evitar também a consumação da dissidência do ex-líder Pimenta da Veiga (MG), que lhe comunicou ser irreversível sua saída. Os argumentos do senador Mário Covas não convenceram o deputado mineiro por um motivo: ele está isolado no PMDB em seu estado e já concluiu que não terá legenda para disputar a eleição de prefeito de Belo Horizonte em 1988, como pretende.

Mudança — Pimenta da Veiga deverá ir para uma legenda menor, talvez o PSB, mas a expectativa é que fiquem no PMDB seus principais aliados, numa tentativa de repetir o que foi feito, com sucesso, na última eleição municipal, pelo prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos. Os deputados Otávio Elisio, Carlos Mosconi e Sérgio de Castro acompanharam dentro do PMDB a briga de Pimenta da Veiga com o governador Newton Cardoso.

Outros parlamentares também não estão dispostos a esperar dentro do PMDB até que a sigla seja depurada dos conservadores. O deputado Ademir Andrade (PA) já está organizando a formação de diretórios do Partido Socialista Brasileiro em vários municípios do Pará, e o deputado Domingos Leonelli (BA) é outro que não considera mais a hipótese de ficar no partido.

Sigla mágica — Quem sair do PMDB agora, liricamente, vai quebrar a cara — afirma o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE), um dos que está disposto a ficar a qualquer custo. “Quem quer sair não sabe o que é montar um partido. Além disso, o PMDB ainda é uma sigla mágica. Temos que ficar, aproximar os grupos de Covas, de Ulysses e dos governadores, para isolarmos a direita” — argumenta Maurílio.

□ A deputada federal Abigail Feitosa anunciou em Salvador que vai abandonar o PMDB, porque não acredita que o partido se recupere do desgaste que está sofrendo nas camadas populares. Disse que a maioria dos constituintes pemedebistas é conservadora e a recuperação do partido impossível. Abigail informou que pretende deixar o PMDB junto com outros companheiros do grupo de esquerda. Integrante da ala comunista que segue Luiz Carlos Prestes, ela recebeu convite do presidente regional do PSB, Newton Macedo Campos, para ingressar no partido. Além do PSB, Abigail admite o PDT como opção, legandas que, segundo pemedebistas, serviriam a seu propósito de disputar a prefeitura de Salvador, ano que vem, por uma frente de esquerda.